A cabeça da direita e o jogo online

Rui Peralta · 30.09.2026

SAÚDE · POLÍTICA · SOCIEDADE

Na cabeça da direita, nada de saúde pública, nem de regular publicidade do jogo, nada de reforçar os mecanismos de proteção dos jogadores, ou de impor regras na promoção de jogos, ou de reforçar a autoexclusão, muito menos os limites dos depósitos, ou de pausas obrigatórias durante os jogos

---

337,6 milhões de euros. Este é o valor da receita bruta gerada pelo jogo online no último trimestre de 2025. Pouco importa que o número de auto excluídos, no 2º trimestre de 2026, seja muito acima dos 400 mil, ou que estes números sejam acompanhados de um crescimento exponencial dos comportamentos de risco associados; que 1,3% da população apresente sinais de risco; que 0,6 % cumpre critérios de dependência... não. Nada disso interessa ao governo. O que interessa são os 337,6 milhões de € em receitas e o crescimento das mesmas. Isso é que é importante.

Que a OMS reconheça oficialmente as perturbações dos jogos como transtorno mental e comportamental na Classificação Internacional de Doenças e que no país o jogo online seja um problema prioritário de saúde pública, pouco interessa para o governo e para a direita portuguesa. O que interessa, realmente, são as receitas, apimentadas com discursos sobre a liberdade de escolha e uma súbita surdez, que leva ministros e deputados das bancadas da direita a ouvirem «proibição de» quando se refere «regulação». Controlo de publicidade, protecção de menores, regulação de algoritmos, tudo são ruídos estranhos aos sensíveis órgãos auditivos da direita.

> O que interessa, realmente, são as receitas, apimentadas com discursos sobre a liberdade de escolha e uma súbita surdez, que leva ministros e deputados das bancadas da direita a ouvirem «proibição de» quando se refere «regulação».

Para as bancadas parlamentares de PSD e CDS, ou seja, da AD, e para o governo, a questão é, essencialmente, económica, de Economia, mercados, etc, e que pode ser respondida por um secretário de estado, enfim, se calhar do Turismo, mas nunca por um secretário de estado da Saúde, no mínimo. É um assunto económico e de finanças públicas. É uma receita geradora de dividendos. É por aí que a coisa deve ficar. Quanto muito acrescentar o argumento da literacia financeira apresentado pela IL (desde que os jogadores não sejam mações, claro), pois que a literacia financeira resolve tudo, porque estamos na presença de uma evangélica cultura que acredita copiosamente nos horóscopos da economia transformados em princípio, meio e fim da existência humana.

Portanto, na cabeça da direita, nada de saúde pública, nem de regular publicidade do jogo, nada de reforçar os mecanismos de proteção dos jogadores, ou de impor regras na promoção de jogos, ou de reforçar a autoexclusão, muito menos os limites dos depósitos, ou de pausas obrigatórias durante os jogos (já não bastam as pausas para almoço nos horários de trabalho), nada dessas manifestações ideológicas contrárias ao bom andamento da economia. A literacia financeira e a liberdade de escolha resolvem o problema, que não é problema, é tão só uma questão de as pessoas gostarem de jogar e de estarem inseridas numa vasta e cimentada cultura do absurdo.

> Quando o absurdo toma conta das instituições somos forçados a lidar com factores de complexos de interesses que se misturam e tomam formas indefinidas e conspiratórias.

Todos os mecanismos que tornam os indivíduos alheios a si próprios e aos outros, que intentam produzir seres escravizados a actividades ou instituições humanas, que visam impedir o indivíduo de pensar e de agir, torná-lo crente de que o mundo é assim, que tem de trabalhar para ganhar com que viver, que a literacia financeira - e não a leitura - é um instrumento imprescindível para o exercício da liberdade de escolha, todas estas astúcias são preponderantes mecanismos de alienação, autênticas crenças e práticas implementadas nas costas retorcidas das democracias amordaçadas.

Quanto à liberdade de escolha, tão proclamada pelas bancadas da direita, é a capacidade de tomar decisões de forma consciente e representa o exercício da autonomia social. Implica responsabilidade pelo seu acto em consciência e não tem nada de semelhante com as opções no mercado ou no digital, nem com a desinformação ou a proliferação de notícias falsas. Implica conhecimento e construção de escolhas racionais.

É alienante, e impeditivo do exercício de livremente escolher, o ambiente em que predomina o assédio, a influência indevida ou o condicionamento da livre decisão. Em democracia a sociedade reconhece e assume as leis que cria, não quando a lei provém de uma autoridade externa ou de grupos de interesses que vagueiam pelo mercado a criar necessidades. Quando o absurdo toma conta das instituições somos forçados a lidar com factores de complexos de interesses que se misturam e tomam formas indefinidas e conspiratórias.

É exactamente essa a sensação que assalta qualquer cidadã ou cidadão que assista a uma sessão na Assembleia da República. Claro que todos conhecemos as turbulências estratégicas da bancada da extrema-direita, a confusão propositada e outros atropelos ao Código de Conduta dos Deputados. Respeitar os demais deputados não é um preceito desta bancada e todos o sabemos. Daqui não resulta qualquer assombro.

> A construção de uma sociedade democrática, uma sociedade assente nos valores da Liberdade e da Igualdade, implica que a economia deixe de ser o centro da vida, o seu valor dominante e exclusivo. Mas na actualidade, neste presente de encruzilhadas incógnitas, vivemos no oposto.

A questão é que esta desagregação assola as hostes parlamentares de toda a bancada da direita, da IL à AD. E aqui a porca torce o rabo. Porquê? Porque assim somos levados a pensar que o comportamento da extrema-direita é, afinal, normal. E normal porque essas coisas dos Códigos de Conduta e essa teia de aranha designada por Ética Republicana são meros impeditivos formais ao «livre exercício da representação política». É como ser apanhado a roubar uma carteira no metropolitano de Lisboa, ir a tribunal, ser condenado e argumentar que o tribunal está a impedir o livre exercício da liberdade económica. Ou seja: mandar a lei às favas.

A construção de uma sociedade democrática, uma sociedade assente nos valores da Liberdade e da Igualdade, implica que a economia deixe de ser o centro da vida, o seu valor dominante e exclusivo. Mas, na actualidade, neste presente de encruzilhadas incógnitas, vivemos no oposto. Tudo é economia, rezam os profetas do apocalipse, tudo se reduz à eficácia do mercado, das taxas de juro e dos sagrados parâmetros da propriedade. Desta forma salta-se de crise em crise e abala-se o edifício das conquistas sociais, submetendo todos os assuntos colectivos ao microuniverso da economia. É afectada, nos seus alicerces, a ciência económica, transformada em livro sagrado dos arautos da desgraça permanente. Desta forma permite-se o domínio dos «especialistas» que nos enchem a cabeça o tempo inteiro e transforma-se a crise numa visão global, no Alfa e no Omega da existência, alimentando o mito de que os governos gerem o possível.

> Na actualidade, neste presente de encruzilhadas incógnitas, vivemos no oposto. Tudo é economia, rezam os profetas do apocalipse, tudo se reduz à eficácia do mercado, das taxas de juro e dos sagrados parâmetros da propriedade. Desta forma salta-se de crise em crise e abala-se o edifício das conquistas sociais, submetendo todos os assuntos colectivos ao microuniverso da economia.

Acontece que a política é a abertura dos possíveis, é o fazer do que não estava previsto nem era suposto ser feito. É, a política, o agir, o trabalhar por uma outra sociedade.

Todas estas questões em torno da Democracia refletem-se na música e a ela transportam em várias facetas. Para começar vou referir um nome, Rhiannon Giddens, multi-instrumentista da Carolina do Norte, vencedora do Prémio Pulitzer de Música, no ano de 2023, com a ópera Omar, uma ópera sobre Omar ibn Said, um estudiosos muçulmano que foi vendido como escravo no século XIX.

Rhiannon tem uma carreira notável. Participou nos *The Carolina Chocolate Drops*, uma banda de música tradicional negra, foi consultora musical na indústria cinematográfica e co-fundadora da Fundação Biscoitos & Banjos, que celebra o papel da diáspora africana na formação cultural por meio da música, literatura, gastronomia e comunidade.

Lançou esta semana um novo álbum *Hope Is The Thing with Feathers.*

A História da chamada música *country* é das mais interessantes e diversificadas . Quando se ouve falar em country a primeira imagem na nossa cabeça é a de músicos *cowboys*, brancos e de olho azul. Só que não é bem assim. A indústria destas coisas (discográfica, fonográfica, musical, etc) narra essa imagem supremacista, homogénea, aliás muito ajustada à narrativa vendida pela indústria cinematográfica em relação ao Oeste e aos *cowboys*, etc. Mas antes, durante, depois e além destes interesses, a *country music* é um rio imenso e habitado pela diversidade. Nela reside a tradição provinda de paragens longínquas, as canções dos trabalhadores, dos escravos transformados em assalariados e as miragens da imigração.

Se aprofundarmos um pouco mais a *country music* é palco de católicos irlandeses que foram para o Novo Mundo fugidos da fome, de escoceses que se estabeleceram na Irlanda do Norte e depois foram para o que é hoje os EUA, dos trabalhadores provindos de toda a Europa, dos filhos dos imigrantes chineses que trabalhavam na construção de vias férreas, dos músicos negros, muitos deles descendentes de escravos oriundos das Caraíbas, excelentes tocadores de banjo e bandolim, dos violinistas negros que disputavam os violinos com os irlandeses em saudáveis prêmios de bailaricos do sindicato, enfim, uma complexa encruzilhada de raízes. Para terminar deixo-vos com Joe Thompson, um destes violinistas da velha guarda, o seu irmão e amigos.

Progressistas — https://progressistas.pt/artigo/mind-games-country-music